

ANEXO - 2017

1. Identificação da entidade

1.1. Designação da entidade: **Centro Social Benfeitoria Canaveses NIF 504 832 964**

1.2. Sede: **Rua do Outeiro - Canaveses**

1.3. Natureza da actividade: Actividade de apoio social a pessoas idosas sem alojamento. **IPSS**

1.4. Cae – 88101 Actividade de apoio social a pessoas idosas sem alojamento.

1.5. Número médio de pessoas ao serviço 6.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras é o instituído pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março. Com obediências às Portarias 105 e 106 de 2011.

As contas de balanço e da demonstração de resultados não têm conteúdos que não sejam comparáveis com os de anos anteriores.

3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transacção e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O centro atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados e contribuições para a segurança social.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Juizos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das Demonstrações financeiras, a Direcção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não existem alterações que possam afetar a apresentação de contas o que façam divergir a mesma de períodos anteriores.

5. Activos fixos tangíveis

5.1 - Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta: custo justo.

b) Métodos de depreciação usados: método da linha recta.

c) Vidas úteis usadas:

Rubricas	de	a
Equipamento básico		
Máquinas Outro equip.	8	8
Instalações e obras	12,5	12,5
Equipamento carga e transporte		
Ligeiros e mistos	4	4
Equipamento administrativo		
Mobiliário	8	8

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, de acordo com o seguinte quadro:

Activos tangíveis

Rubricas	Equipamento			Total
	Básico	Transporte	Administrativo	
Quantia escriturada bruta inicial	84 106,11	31 881,06	4 183,90	120 171,07
Depreciações acumuladas iniciais	78 382,61	28 881,06	4 183,90	111 447,57
Quantia escriturada líquida inicial	5 723,50	3 000,00	0,00	8 723,50
Adições				
Outras				0,00
Abates nas depreciações				0,00
Total das adições/abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições				
Depreciações	913,20	1 000,00	0,00	1 913,20
Perdas por imparidade				0,00
Alienações				0,00
Abates				
Total das diminuições	913,20	1 000,00	0,00	1 913,20
Quantia escriturada líquida final	4 810,30	2 000,00	0,00	6 810,30

Activos tangíveis em curso
Referentes a Edifícios e outras construções

Saldo Inicial – 101840€
Saldo final = 101840€

6. Activos intangíveis

A IPSS não é detentora de activos intangíveis.

7. Locações

7.1 - Locações financeiras - locatários:

Não há bens a ser pagos em locação financeira

8. Inventários

8.1 - Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e o respectivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos com a sua alienação).

8.2 -Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Em 31 de Dezembro de 2016, os inventários da IPSS detalham-se conforme segue:

Rubricas	M.consumidas	Total
Existência Inicial	500,25	500,25
Reg.existências	0,00	0,00
Compras	24 685,95	24 685,95
Existência Final	746,27	746,27
Custo das matérias consumidas	24 439,93	24 439,93

9. Réditos

9.1 - Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

As verbas provenientes de quotas de utentes e recebimentos de acordos de cooperação são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

9.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2017 , apresenta a seguinte decomposição:

Comparticipações segurança social : 82332.70€

Outras Participações e donativos : 5000€ (utilizados em obras)

Pagamentos de Utentes :32473.58€

Apoio ao emprego : 2 766.85€

10. Provisões

Não foram constituídas provisões no exercício

11 - Subsídios do Governo.

Não existem subsídios contabilizados

12 - Impostos sobre o rendimento:

A IPSS não está sujeita a impostos sobre os rendimentos.

13 - Activos e passivos financeiros:

Não existem activos financeiros dados como garantias

Não existem situações de incumprimento no que respeita a empréstimos.

14 - Capital próprio e Instrumentos financeiros

14 – Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

14.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de, instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, são registados no passivo pelo custo.

14.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos financeiros de entre cada categoria.

- a) Activos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;
- b) Activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;
- c) Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo;
- d) Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade;
- e) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;
- f) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;

g) Activos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou custo amortizado e ii) a imparidade acumulada.

Clientes / Fornecedores / Sócios / Outras contas a receber e a pagar / Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2017, estas rubricas apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores	4 903,07		4 903,07
Estado outros entes	1 706,14		1 706,14
Financiamentos obtidos	5 696,36		5 696,36
Outras contas a pagar	31 209,40		31 209,40
Total do Passivo	43 514,97		43 514,97
Total líquido	-43 514,97		-43 514,97

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	2017 Euros	
	Activo	Passivo
Contribuições para a Segurança Social		1 689,46
Outros		16,68
Totais	0,00	1 706,14

Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição :

Rubricas	2017 Euros
Caixa	162,55
Depósitos bancários	576,44
Total	738,99

:

Em 31 de Dezembro de 2017, os capitais próprios estavam assim decompostos.

Rubrica	Saldo em 31/12/2016	Aumentos	Reduções	Totais
Fundo Social	28 919,89	4 174,50		33 094,39
Outras variações patri.	25 350,00	5 000,00		30 350,00
Resultado Líquido do Período	4 174,50	3 176,20	4 174,50	3 176,20
Total >>>>>>>>>>	54 269,89	12 350,70	4 174,50	66 620,59

15 – Benefícios dos empregados

15.1 - Benefícios dos empregados

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados e contribuições para a segurança social.

15.2 Número de membros dos órgãos directivos

A direcção é composta por 2 membros

15.3 Informação sobre as remunerações dos órgãos directivos.

Um dos membros da direção é remunerado.

Valor da remuneração 8400€ ano. É o responsável pela gestão do centro.

16 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

Toda a actividade da Empresa está inserida na classificação CAE 88101

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRAFICOS		
DESCRIÇÃO	Interno	Total
Quotas utentes	32 473,58	32 473,58
Recebimentos acordos cooperação	82 332,70	82 332,70
Outros recebimentos (apoio emprego)	2 766,85	2 766,85
Compras	24 685,95	24 685,95
Fornecimentos e serviços externos	19 813,10	19 813,10

DESCRIÇÃO		CAE - 88101
1	Proveitos operacionais	117 573,13
1.1	Quotas utentes	32 473,58
1.2	Recebimentos acordos cooperação	82 332,70
1.3	Outros recebimentos	2 766,85
3	Compras	24 685,95
4	Fornecimentos e serviços externos	19 813,10
5	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: (5=5.1+5.2+5.3)	24 439,93
5.1	Mercadorias	
5.1	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	24 439,93
7	Número médio de pessoas ao serviço	6
8	Gastos com o pessoal: (8 = 8.1 + 8.2)	67 041,04
8.1	Remunerações	54 586,70
8.2	Outros (inclui pensões)	12 454,34
9	Activos Fixos Tangíveis(9.1+9.2-9.3-9.4-9.5+9.6)	108 650,30
9.1	Quantia Inicial (líquida)	110 563,50
9.2	Aquisições	
9.3	Alienações	
9.4	Abates- reduções	
9.5	Depreciações do ano	1 913,20
9.6	Abates nas depreciações	
10	Outros gastos e perdas	1189,66
11	Resultado líquido 2017	3176,2

17. Outras informações

A empresa não é devedora à data em situação de mora, de qualquer valor ao estado e à segurança social.

Canaveses, 24 de Abril de 2018
A Direcção

Técnico Oficial de Contas

